

LIBERDADE



SINDICAL



25
abril
49.º ANIVERSÁRIO | 2023

MAIO

ABRIL E MAIO DE LUTA!

POR UMA VIDA DIGNA

A Revolução dos Cravos, cujo 49.º aniversário agora se assinala, é património dos Trabalhadores e do Povo, e é património do Futuro, construído pela Luta e pela longa e heróica resistência que a Abril conduziu.

Defender Abril e Maio é combater a pobreza e lutar pelo direito a uma vida digna. É defender a Paz!

Muitas e importantes foram as transformações permitidas pela Revolução de Abril, no plano dos direitos laborais e sociais, da liberdade sindical, do direito à greve e à garantia de um salário mínimo, o Serviço Nacional de Saúde – tão decisivo, fundamental e tão maltratado por sucessivos governos que hoje precisamos de erguer bem alto a luta pela sua defesa e manutenção –, mas também nos domínios da educação, habitação, segurança social, do direito à igualdade das mulheres no trabalho e direitos da juventude.

Quase meio século da Revolução de Abril, mantêm-se as tentativas de retrocesso das suas principais conquistas, dos direitos alcançados e do caminho trilhado em 25 de Abril de 1974, e cujo significado profundo, os seus valores e os seus

ideais, por mais que os tentem apagar, continuam a ser um guia para a construção de um Portugal mais justo, fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.

LUTAR PARA INVERTER O CAMINHO DO EMPOBRECIMENTO

As recentes medidas decididas pelo governo PS de valorização dos trabalhadores da Administração Pública são o resultado das mais recentes lutas travadas, nomeadamente as realizadas nos dias 17 (Greve da Administração Pública) e 18 de Março (Manifestação Nacional da CGTP-IN); bem como o reconhecimento das justas reivindicações que o STAL defende. Porém, continuam muito aquém do que é exigido e necessário para garantir uma vida digna e a recuperação do poder de compra dos trabalhadores. Perante a perda de 1 salário em 2022 e de 3 salários desde 2009, o que o governo PS propôs é um "aumento" do subsídio de refeição em 0,80€/dia; e de 0,25€ para os trabalhadores na base remuneratória e de 0,44€ para um Técnico Superior na 1.ª posição. E uma "aceleração das carreiras" que, no essencial, reduz em 4 anos a próxima progressão para uma parte dos trabalhadores, em vez de revogar o SIADAP.

Qual flor à lapela, o governo exhibe um défice 0,4% do PIB! Neste está o dinheiro que não investiu no SNS, na Educação, na Justiça ou na Cultura; está o roubo das pensões e o que não foi transferido para os municípios; está o dinheiro para a justa valorização dos trabalhadores da Administração Pública. É urgente inverter o caminho de degradação das condições de vida e de trabalho e o reforço dos Serviços Públicos.

